



Estratégia
Carreira Jurídica

2º SIMULADO

JUIZ DO TRF1

2º Simulado Especial

2º Simulado Juiz TRF 1

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TRF 1;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRF1-25-07>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E | 81 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E | 82 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E | 83 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E | 84 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E | 85 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E | 86 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E | 87 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E | 88 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E | 89 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E | 90 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | 71 – A B C D E | 91 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | 72 – A B C D E | 92 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | 73 – A B C D E | 93 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | 74 – A B C D E | 94 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | 75 – A B C D E | 95 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | 76 – A B C D E | 96 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | 77 – A B C D E | 97 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | 78 – A B C D E | 98 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | 79 – A B C D E | 99 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | 80 – A B C D E | 100 – A B C D E |

DIREITO CONSTITUCIONAL

Fernando Andrade

01. No que se refere à evolução histórico-constitucional brasileira, julgue os itens a seguir:

I- A Constituição Imperial de 1824, em que pese ter sido outorgada pelo imperador D. Pedro I, foi inspirada pelas constituições liberais europeias do final do Século XVIII, e consagrava expressamente um rol de direitos civis e políticos.

II – A Justiça Federal teve sua primeira previsão constitucional na Carta Republicana de 1891, conservando sua forma e estrutura ao longo de todas as demais Constituições posteriores.

III – O primeiro instrumento de controle concentrado de constitucionalidade foi a representação interventiva, prevista inicialmente na Constituição Federal de 1934, de competência da Corte Suprema, mediante provocação do Procurador-Geral da República.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

02. Sobre a legitimidade para a propositura das ações de controle concentrado e abstrato de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- a) São chamados de legitimados universais aqueles que podem propor ADI, ADC ou ADPF independentemente de a matéria versada no ato impugnado ser relacionada com a sua atividade ou função institucional, como por exemplo o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- b) O Presidente da República possui legitimidade para a propositura das ações de controle concentrado e abstrato, ocasião em que será representado pelo Advogado-Geral da União, por não possuir capacidade postulatória.
- c) O art. 103 da Constituição Federal consagra expressamente como legitimadas à propositura das ações de controle concentrado e abstrato as Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Por essa razão, prevalece na doutrina a extensão da

legitimidade à Mesa do Congresso Nacional, formada por integrantes das Mesas de ambas as casas.

d) O partido político para ser legitimado à propositura da ADI deve estar devidamente representado em qualquer das casas do Congresso Nacional durante toda a tramitação do feito. Caso venha a perder esta qualificação, a ação deverá ser extinta em razão da ilegitimidade ativa superveniente.

e) Em razão da exigência da pertinência temática, o STF entende pela impossibilidade de Governador de determinado Estado da Federação ingressar com ADI arguindo a inconstitucionalidade de lei editada por outro Estado.

03. Determinado Estado da Federação editou uma lei que determina o bloqueio de aparelhos celulares roubados ou furtados, após o registro da ocorrência na delegacia de polícia, a ser efetuado pelas operadoras, através do fornecimento da Identidade Internacional do Equipamento Móvel (IMEI).

Nos termos da jurisprudência do STF, a referida lei é:

- a) inconstitucional, porque a competência para legislar sobre direito penal e processual é privativa da União.
- b) inconstitucional, porque a competência para legislar sobre telecomunicações é privativa da União.
- c) inconstitucional, porque trata de matéria de competência concorrente entre a União, estados e DF, existindo norma geral nacional em sentido contrário;
- d) constitucional, porque a competência para legislar sobre direito do consumidor é concorrente entre a União, estados e DF.
- e) constitucional, porque a competência para legislar sobre deveres das polícias civis é concorrente entre a União, estados e DF.

04. Acerca dos bens da União, julgue os itens a seguir:

I – Nos termos da jurisprudência do STF, viola a Constituição Federal a previsão, em Constituição e Legislação Estaduais, para fins tributários, de que as porções do mar territorial, da plataforma continental e da zona econômica exclusiva integram o território do Estado e Municípios do litoral.

II – Ao equiparar o regime jurídico-patrimonial das ilhas costeiras em que sediados Municípios àquele incidente sobre a porção continental do território brasileiro, segundo o STF, a Emenda Constitucional nº 46/2005 não interferiu na propriedade da União sobre os terrenos de marinha e seus acrescidos situados em ilhas costeiras sede de Municípios, mantendo, assim, inalteradas as relações jurídicas daí decorrentes.

III – A previsão constitucional, de que são bens da União as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, alcança, inclusive, terras de aldeamentos extintos, quando comprovada a ocupação por indígenas em passado remoto.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

05. No que se refere às Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), sua organização, funcionamento e poderes, assinale a alternativa correta:

- a) Para a criação das CPIs, é exigido requerimento subscrito por, no mínimo, 1/2 dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em conjunto ou separadamente;
- b) As CPIs são comissões criadas para a apuração de fato certo e determinado e, apesar de serem consideradas temporárias, caso o assunto tratado seja de relevante complexidade e extensão, é admitida a sua criação sem a previsão de termo final.
- c) Concluídos os trabalhos da CPI, caso apurada a responsabilização de eventuais investigados, a comissão deverá elaborar o respectivo relatório e, de pronto, promover a aplicação das penalidades cabíveis.

d) A CF atribui às CPIs os poderes de investigação, próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos internos das Casas, o que lhes permite a quebra do sigilo de dados bancários, fiscais e telefônicos.

e) Na hipótese de questionamento judicial dos trabalhos de CPI, o Supremo Tribunal Federal tem adotado como regra a postura de continuar na apreciação da ação, mesmo nos casos de posterior finalização dos trabalhos da comissão.

06. Observe o seguinte excerto doutrinário:

“(…) verifica -se quando a corte constitucional declara inconstitucional certo dispositivo legal não pelo que expressa, mas pelo que omite, alargando o texto da lei ou seu âmbito de incidência (...)” (G. F. Mendes, I. M. Coelho, P. G. G. Branco, Curso de direito constitucional, 12. ed., p. 1193).

A definição acima transcrita refere-se a qual espécie de decisão judicial no controle de constitucionalidade:

- a) declaração de nulidade total;
- b) manipulativa com eficácia substitutiva;
- c) manipulativa com eficácia aditiva;
- d) interpretativa de rechaço;
- e) interpretativa de aceitação;

07. Acerca do denominado Estado de Coisas Inconstitucional (ECI), julgue os itens seguintes:

I – Tem origem em decisões proferidas pela Corte Constitucional Colombiana, quando se deparou com cenário de grave, permanente e generalizada violação de direitos fundamentais, com o atingimento amplo e indeterminado de indivíduos;

II – O ECI foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal no Brasil em relação ao sistema carcerário que, conforme decidido, legitima intervenção judicial mais assertiva, em razão da elevada omissão estatal frente a situação de violação generalizada de direitos fundamentais;

III – Como decorrência do reconhecimento do ECI, o Supremo Tribunal Federal determinou, dentre outras medidas, a realização de audiências de custódia no prazo máximo de 24 horas, contado do

momento da prisão, com fundamento no Pacto de São José da Costa Rica.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

08. Considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa incorreta:

- a) O princípio da igualdade material é prestigiado por ações afirmativas. No entanto, utilizar, para qualquer outro fim, a diferença estabelecida com o objetivo de superar a discriminação ofende o mesmo princípio da igualdade, que veda tratamento discriminatório fundado em circunstâncias que estão fora do controle das pessoas, como a raça, o sexo, a cor da pele ou qualquer outra diferenciação arbitrariamente considerada.
- b) Dentre outros fundamentos, o Supremo Tribunal Federal, ao reconhecer a constitucionalidade das cotas raciais para concursos públicos na Administração Pública Federal direta e indireta, consignou a “burocracia representativa”, capaz de garantir que os pontos de vista e interesses de toda a população sejam considerados na tomada de decisões estatais.
- c) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o estabelecimento de tratamento processual especial para a Fazenda Pública, inclusive em relação a prazos diferenciados, quando razoáveis, não constitui propriamente uma restrição a direito ou prerrogativa da parte adversa, mas busca atender ao princípio da supremacia do interesse público.
- d) É inconstitucional o preceito segundo o qual, na análise de licitações, serão considerados, para averiguação da proposta mais vantajosa, entre outros itens, os valores relativos aos impostos pagos à Fazenda Pública daquele Estado-membro.
- e) Acerca da limitação da altura para fins de concurso público, o Supremo Tribunal Federal tem entendimento de que há de se perquirir a sintonia da exigência, no que implica fator de tratamento diferenciado com a função a ser exercida. Nesse passo, considera constitucional a exigência de altura

mínima para os cargos de agente e escrivão de polícia.

09. Sobre o Chefe do Poder Executivo, suas atribuições e responsabilidades, e à luz da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta:

- a) Apresentada denúncia contra o presidente da República por crime de responsabilidade, compete à Câmara dos Deputados autorizar a instauração de processo, por três quintos de seus membros, realizando júízo eminentemente político sobre os fatos narrados, que constitui condição para o prosseguimento da denúncia.
- b) Nos crimes comuns, há necessidade de prévia autorização da Assembleia Legislativa para o recebimento de denúncia ou queixa e instauração de ação penal contra Governador de Estado, e somente após a deliberação da casa legislativa caberá ao STJ providenciar o adequado processamento do feito.
- c) Os agentes políticos, incluído o Presidente da República, encontram-se sujeitos a um duplo regime sancionatório, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa, quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade.
- d) A competência do presidente da Câmara dos Deputados e da Mesa do Senado Federal para recebimento, ou não, de denúncia no processo de impeachment não se restringe a uma admissão meramente burocrática, cabendo-lhes, inclusive, a faculdade de rejeitá-la, de plano, acaso entendam ser patentemente inepta ou despida de justa causa.
- e) Por se caracterizarem como infrações político-administrativas, a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o DF.

10. Considere a seguinte situação hipotética: Rodrigo, de 15 anos de idade, nasceu em território americano. É filho de João, brasileiro naturalizado, empregado de uma empresa de pintura, e Dolores, porto riquenha, do lar. Rodrigo não foi registrado em repartição brasileira competente.

Assertiva: Caso Rodrigo venha a residir no Brasil, e, após atingida a maioridade, opte pela nacionalidade brasileira:

- a) será brasileiro nato, mesmo sendo seu pai brasileiro naturalizado;
- b) será brasileiro naturalizado, por seu pai não ser brasileiro nato;
- c) será brasileiro naturalizado, por nenhum de seus pais estar a serviço do Brasil;
- d) somente seria brasileiro nato, caso houvesse sido registrado na repartição brasileira competente;
- e) somente seria brasileiro nato, caso ambos os pais fossem brasileiros natos;

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Felipe Cavalcante

11. Assinale a alternativa correta no que tange ao financiamento da seguridade social, conforme a legislação vigente:

- a) A alíquota de contribuição do segurado especial, do contribuinte individual e do facultativo será de vinte por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição.
- b) A contribuição do empregado, inclusive o doméstico, e a do trabalhador avulso é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário-de-contribuição, de forma não cumulativa, pelas alíquotas de 8%, 9% e 11%.
- c) A contribuição do empregado, ressalvado o doméstico, e a do trabalhador avulso é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário-de-contribuição, de forma não cumulativa, pelas alíquotas de 8%, 9% e 11%.
- d) A alíquota de contribuição do contribuinte individual e do facultativo será de vinte por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição.
- e) A contribuição do empregado, inclusive o doméstico, e a do trabalhador avulso é calculada

mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário-de-contribuição, de forma não cumulativa, pelas alíquotas de 7,5%, 9%, 12% e 14%.

12. No que tange à aposentadoria do indivíduo que ingressar no serviço público federal após a publicação da EC 103/19, assinale a alternativa correta:

- a) O ocupante do cargo de agente federal penitenciário poderá aposentar-se aos 60 anos de idade com 35 de contribuição, e 25 anos de efetivo exercício no cargo, se homem.
- b) O ocupante de cargo da Polícia Rodoviária Federal poderá aposentar-se aos 55 anos de idade com 30 de contribuição, e 20 anos de efetivo exercício no cargo, se mulher.
- c) O ocupante de cargo da Polícia do Senado Federal poderá aposentar-se aos 60 anos de idade com 30 de contribuição, e 25 anos de efetivo exercício no cargo, se homem.
- d) O ocupante de cargo da Polícia Federal poderá aposentar-se aos 60 anos de idade com 25 de contribuição, e 10 anos de efetivo exercício na carreira, se mulher.
- e) O ocupante do cargo de agente federal socioeducativo poderá aposentar-se aos 55 anos de idade com 30 de contribuição, e 25 anos de efetivo exercício no cargo, se homem.

13. No que tange à aposentadoria especial do servidor público federal com ingresso posterior à EC 103/19, assinale a alternativa correta.

- a) Considerando que a aposentadoria especial do servidor público ainda não foi regulamentada, as regras previstas na lei n. 8.213/91 serão aplicáveis ao servidor público federal, conforme estabelece a Súmula Vinculante n. 33 do Supremo Tribunal Federal.
- b) Para fazer jus à aposentadoria especial, o servidor deverá comprovar 15, 20 ou 25 anos de atividade com efetiva exposição a agentes químicos, físicos ou biológicos prejudiciais à saúde.
- c) Não haverá distinção nos requisitos etários e contributivos em razão do sexo do servidor público federal.

- d) Não se exige tempo mínimo no cargo público para a concessão da aposentadoria especial, sendo admitida a contagem recíproca entre atividades especiais no serviço público e na iniciativa privada.
- e) O servidor público federal cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou em categoria sujeita ao enquadramento presumido, poderá aposentar-se aos 60 anos de idade, com 25 anos de efetiva exposição e contribuição, desde que esteja há mais de 10 anos no serviço público e há 5 no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

14. A aposentadoria voluntária do professor que tenha ingressado no serviço público federal após a EC 103/19:

- a) Dar-se-á aos 60 anos de idade com 25 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, para ambos os sexos.
- b) Dar-se-á aos 60 anos de idade com 30 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, se homem.
- c) Dar-se-á aos 55 anos de idade com 30 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, se mulher.
- d) Dar-se-á aos 62 anos de idade, se mulher, ou aos 65 anos de idade, se homem, com 25 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo, no caso dos professores universitários.
- e) Dar-se-á aos 57 anos de idade com 25 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, para ambos os sexos.

15. Após a edição da Emenda Constitucional n. 103/19, os regimes próprios de previdência social:

- a) não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal;
- b) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria e pensão por morte;

c) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, pensão por morte e salário-maternidade;

d) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, pensão por morte, salário-maternidade e benefícios por incapacidade temporária;

e) deverão ser extintos.

16. A propósito das alterações promovidas pela Emenda Constitucional n. 103/19, assinale a alternativa incorreta:

a) A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.

b) Incorpora-se a gratificação de função percebida, em cargo efetivo, por mais de 10 anos.

c) Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

d) Quando houver déficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas do serviço público poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário-mínimo.

e) A seguridade social observará a diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.

17. Assinale a alternativa que não se aplica aos regimes próprios de previdência social:

- a) O equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência social deverá ser comprovado por meio de garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente, que, juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas, evidenciem a solvência e a liquidez do plano de benefícios.
- b) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social.
- c) Por meio de lei, o Estado, Distrito Federal ou Município poderá instituir contribuição extraordinária, pelo prazo máximo de 20 (vinte) anos, para custeio do respectivo regime próprio de previdência dos servidores.
- d) A instituição do regime de previdência complementar na forma dos §§ 14 a 16 do art. 40 da Constituição Federal e a adequação do órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social ao § 20 do art. 40 da Constituição Federal deverão ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) anos da data de entrada em vigor da Emenda Constitucional n. 103/19.
- e) Os recursos de regime próprio de previdência social não poderão ser aplicados na concessão de empréstimos.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

18. Assinale a alternativa INCORRETA sobre os crimes de corrupção, de acordo com doutrina majoritária e a jurisprudência atual do STJ:

- a) O crime de corrupção passiva é formal.
- b) Para a configuração do delito de corrupção ativa, a norma penal exige que o ato de ofício tenha sido efetivamente praticado.

c) A corrupção pode ser classificada como antecedente, se a vantagem se destina à prática ou omissão futura do funcionário, ou subsequente, caso se refira a uma conduta já praticada. Pode, ainda, ser chamada de própria, se buscar a realização de um ato ilícito, indevida. De outra forma, se o ato é legítimo, a corrupção é denominada de imprópria.

d) No caso da corrupção passiva, o tipo penal não exige a comprovação de que a vantagem indevida solicitada, recebida ou aceita pelo funcionário público esteja causalmente vinculada à prática, omissão ou retardamento de "ato de ofício".

e) Não se exige, para a punição do agente corrupto, a bilateralidade da corrupção ativa e da corrupção passiva.

19. Sobre a relevância jurídica da omissão, assinale a alternativa correta:

a) Não é necessário que o agente tenha consciência da situação de perigo.

b) A relevância da omissão se vincula ao dever jurídico de agir, a chamada posição de garante, independentemente de o agente poder ou não evitar o resultado, o que não lhe cumpre analisar.

c) Enquanto os crimes omissivos impróprios dependem do resultado naturalístico para a sua consumação, é possível a consumação de crime omissivo próprio sem superveniência de referido resultado.

d) A omissão gera, em relação ao resultado, uma relação de causalidade naturalística, pois a omissão integra a cadeia causal do resultado, conforme entendimento pacífico na doutrina.

e) No crime comissivo por omissão, há um núcleo do tipo que traz um não fazer, uma conduta omissiva, como configuradora do delito.

20. Sobre os crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem, configura-se o crime de prevaricação.
- b) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal configura o delito de corrupção passiva privilegiada.
- c) Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente configura o crime de prevaricação.
- d) No caso de peculato culposo, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.
- e) O crime de concussão, apesar de apresentar conduta mais grave, possui menor pena abstratamente cominada, no limite máximo, do que o crime de corrupção passiva.

21. Segundo o CP, deverá ser tipificada como crime contra a fé pública a conduta de:

- a) funcionário público que inserir dados falsos em banco de dados da administração pública para obter vantagem indevida para si.
- b) agente que possuir instrumento especialmente destinado à falsificação de moeda.
- c) funcionário público que devassar o sigilo de proposta de concorrência pública.
- d) particular que rasgar edital afixado por ordem de funcionário público.
- e) agente que devassar indevidamente o conteúdo de correspondência fechada dirigida a outrem.

22. Assinale a opção correta sobre agravantes, atenuantes, minorantes e majorantes:

- a) Configura causa de diminuição de pena a reparação do dano pelo réu, antes da sentença condenatória, em caso de crime praticado sem violência ou grave ameaça à pessoa.

b) A condenação anterior por crime militar próprio, transitada em julgado antes da prática do novo fato, induz reincidência.

c) De acordo com a jurisprudência atual do STJ, a confissão qualificada é circunstância atenuante que pode levar à redução da pena na segunda fase da dosimetria.

d) Segundo a jurisprudência mais recente do STJ, a atenuante da confissão espontânea deve ser considerada preponderante com relação à reincidência.

e) O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado pode se dar por meio da indicação do número de majorantes que incidem no caso concreto.

23. Assinale a alternativa correta sobre os crimes de contrabando e descaminho:

a) Conforme entendimento atual do STJ, a consumação do crime de descaminho depende da constituição definitiva do crédito tributário.

b) Configura o crime de contrabando o indivíduo atravessar a fronteira, comprar combustível na Venezuela e trazer ao Brasil, não se aplicando, ao caso, o princípio da insignificância.

c) O crime de descaminho só é da competência da Justiça Federal quando demonstrada que a conduta do agente envolve transnacionalidade.

d) O agente que for flagrado com contrabando, utilizando-se de veículo automotor, poderá ter cassado o seu documento de habilitação, previsão não extensível ao descaminho.

e) Trazer colete à prova de balas do exterior, sem autorização, configura o crime de descaminho.

24. Sobre os crimes contra a organização do trabalho, assinale a alternativa correta:

a) Exercer atividade, de que está impedido por decisão administrativa, configura o crime de desobediência.

b) Quem se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho comete o crime de frustração de direito assegurado em lei trabalhista, previsto no artigo 203 do CP.

- c) O delito de participar de abandono coletivo de trabalho, praticando violência contra pessoa ou contra coisa, previsto no artigo 200 do Código Penal, exige no mínimo dois empregados.
- d) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a não celebrar contrato de trabalho configura o crime do artigo 198 do CP, denominado de atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta.
- e) O agente que obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida, comete o crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista, previsto no artigo 203 do CP.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Andrade

- 25.** Julgue os itens a seguir, em consonância com a legislação e a jurisprudência dos Tribunais Superiores:
- I - Nos crimes de ação penal pública, a investigação preliminar deve ser iniciada de ofício pela autoridade policial ou pelo membro do Ministério Público, ao tomar conhecimento da infração penal, por qualquer meio, inclusive com base em matéria jornalística.
- II - É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa, não havendo cogitar limitação decorrente da possibilidade de frustração de diligência pendente.
- III - Segundo o STF, fere o princípio da presunção de inocência a utilização de inquéritos e ações penais em curso para fundamentar o afastamento da aplicação da causa de diminuição de pena prevista no §4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas privilegiado).
- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.

- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

26. Em relação à audiência de custódia, julgue os itens a seguir:

- I - A audiência de custódia implica, no prazo de 24 horas, a obrigação de apresentação do preso, em flagrante, decorrente de prisão preventiva ou temporária, à autoridade judicial competente, com o objetivo de verificar a regularidade da prisão, o eventual excesso em sua realização, maus tratos ou tortura, bem como avaliar a necessidade de sua manutenção ou a substituição por medida cautelar diversa.
- II - O instituto da audiência de custódia não conta com previsão legal no âmbito interno, sendo decorrência de dispositivo convencional do Pacto de São José da Costa Rica e, posteriormente, estabelecido de forma obrigatória em Resolução do Conselho Nacional de Justiça.
- III - Em caso de prisão em flagrante ocorrida em dia que não há expediente forense, como nos finais de semana ou feriados, a realização da audiência de custódia aguardará o retorno das atividades, de modo a assegurar que a sua presidência seja realizada pelo juiz natural.
- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Apenas os itens I e II estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

27. Acerca da competência criminal, assinale a alternativa correta:

- a) Nos termos da Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente, somente nas infrações penais comuns, dentre outras autoridades, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional e os Ministros de Estado.
- b) São de competência da Justiça Federal o processo e julgamento dos crimes contra a organização do trabalho, o que engloba todos os delitos previstos no título de mesmo nome do Código Penal (Dos Crimes Contra a Organização do Trabalho).
- c) Por gozarem ambas de estatura constitucional, havendo conexão entre crimes de competência da Justiça Federal e da Justiça Eleitoral, deverá haver a cisão processual, não havendo falar em reunião e julgamento conjunto dos delitos.
- d) Compete à Justiça Federal o processo e julgamento de homicídio cometido com a finalidade de evitar que a vítima preste depoimento junto ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos.
- e) Compete à Justiça Federal processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima.

28. Acerca do *habeas corpus* e da revisão criminal, julgue os itens seguintes:

- I - João Carlos foi condenado definitivamente à pena privativa de liberdade, consistente em 2 anos de reclusão em regime aberto, bem como à pena de multa fixada em 25 dias-multa, à razão de $\frac{1}{2}$ salário mínimo cada dia-multa. Após o cumprimento da pena corporal, é admissível a impetração de *habeas corpus* para questionar a forma de cumprimento da pena de multa.
- II - A revisão criminal é cabível no âmbito dos Juizados Especial Criminais, sendo a competência para a sua apreciação da respectiva Turma Recursal.
- III - O trancamento da ação penal pela via do *habeas corpus* é medida excepcional, admissível apenas quando demonstrada a falta de justa causa (materialidade do crime e indícios de autoria), a

atipicidade da conduta ou a extinção da punibilidade.

IV – Em virtude do princípio da soberania dos veredictos proferidos no âmbito do Tribunal do Júri, não é possível a desconsideração de sua decisão por meio da revisão criminal.

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

29. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I - Aceita a proposta de suspensão condicional do processo pelo investigado, verificado o descumprimento das condições impostas durante o período de prova, o benefício não poderá ser posteriormente revogado, caso já ultrapassado o prazo legal, mesmo que referente a fato ocorrido durante sua vigência.

II - É cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva. Nessa hipótese, caberá ao juiz, na mesma ocasião, já estabelecer as condições a serem submetidas ao acusado e, após a realização de audiência, a sua homologação.

III - A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Apenas os itens I e II estão certos.
- e) Apenas o item III está certo.

30. Julgue os itens a seguir, de acordo com a jurisprudência do STF

I - A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade dos atos praticados.

II - É lícita a realização de busca e apreensão, por mandado judicial, em escritório de advocacia, seja na condição de investigado, seja para angariar elementos probatórios em relação a outros sujeitos, ainda que não investigados.

III - É lícita a prova consistente em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem conhecimento do outro.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens III está certo.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Apenas o item I e III estão certos.

31. Assinale a alternativa correta:

- a) Conforme jurisprudência do STJ, apesar de perfeitamente cabível a captação audiovisual dos depoimentos na audiência de instrução e julgamento, sem a necessidade de degravação, o mesmo não ocorre em relação à sentença penal, que deve ser sempre integralmente escrita.
- b) O CPP, ao determinar ao juiz a fixação valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido, pôs fim à chamada ação civil *ex delicto*.
- c) Atualmente, existe previsão expressa no CPP, para que o juiz, ao proferir sentença, promova a detração do tempo de prisão provisória do sentenciado, para fins de fixação do regime inicial de cumprimento da pena. Segundo o STJ, a disciplina legal não altera o regime inicial da sentença, mas trata de verdadeira hipótese de progressão de regime prisional.

d) Excepcionalmente, admite-se a realização da readequação da capitulação jurídica dos fatos narrados na denúncia – *emendatio libelli* – por ocasião diversa da sentença, como, por exemplo, no ato do recebimento da denúncia. A situação justifica-se quando envolve matéria de ordem pública, tal qual a fixação do procedimento aplicável e a definição de competência absoluta.

e) Tanto a *emendatio libelli* como a *mutatio libelli* são amplamente admitidas em todos os graus de jurisdição.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

32. Com as alterações da Lei 13.964, de 2019, a identificação criminal sofreu impactos diretos. Destaca-se a possibilidade de exclusão do DNA do banco nacional de dados multibiométrico, recém criado. A respeito do tema, qual das alternativas apresenta uma hipótese expressa de exclusão:

- a) exclusão de ofício após decorridos 8 (oito) anos do cumprimento da pena.
- b) exclusão, mediante requerimento, após decorridos 10 (dez) anos do cumprimento da pena.
- c) exclusão de ofício após decorridos 15 (quinze) anos do cumprimento da pena.
- d) exclusão, mediante requerimento, após decorridos 20 (vinte) anos do cumprimento da pena.
- e) no caso de absolvição do acusado, mediante requerimento, após decorridos 3 (três) anos da publicação da sentença absolutória.

33. Poderão ser instaladas por Resoluções estaduais (Tribunais de Justiça) e federais (Tribunais Regionais Federais), nas comarcas sedes de Circunscrição ou Seção Judiciária, varas criminais colegiadas, compostas por juízes de 1.ª instância, com competência para o processo e julgamento:

- a) do crime de constituição de milícia privada.
- b) do crime de lavagem de dinheiro por meio de obras de arte.
- c) do crime de tráfico internacional de armas.
- d) do crime de tráfico internacional de drogas.
- e) do crime de tráfico internacional de órgãos humanos.

34. Qual das alternativas abaixo contém informação que não deve ser analisada pelo magistrado no termo com as declarações do colaborador:

- a) adequação dos resultados da colaboração aos resultados mínimos exigidos.
- b) a espontaneidade na manifestação da vontade em colaborar, especialmente nos casos em que o colaborador está ou esteve sob efeito de medidas cautelares.
- c) a regularidade do que foi pactuado.
- d) verificar se alguma cláusula viola o critério de definição do regime inicial de cumprimento de pena.
- e) a legalidade do que foi pactuado.

35. Rafael, comerciante popular em cidade do interior de Minas Gerais, vendeu milhares de brinquedos educativos criados por seu fornecedor, Gilson. Por volta de 20 dias após o sucesso das vendas, Rafael descobre que uma das peças do brinquedo contém uma substância altamente tóxica que colocará qualquer criança em perigo após o seu manuseio. A atitude que Rafael deverá tomar após essa descoberta será:

- a) Comunicar os consumidores por meio do jornal local e ficar tranquilo com a sua opção.
- b) Avisar os consumidores que voltarem à sua loja, por meio de uma faixa colocada no local.
- c) Comunicar apenas as autoridades competentes para que façam eventual busca dos produtos, informando os compradores com o ratreio de nota fiscal.
- d) Deixar de vender o brinquedo imeditamente e seguir normalmente com as suas atividades.
- e) Comunicar os consumidores e as autoridades competentes, sob pena de crime.

36. Apesar do reconhecimento da prática da conduta de tráfico de drogas, a presença de alguns requisitos afasta a equiparação com os delitos hediondos. Previsto em duas leis, o privilégio afasta os rigores da lei dos crimes hediondos e permite a drástica redução da pena para o condenado. Diante desse contexto, qual das alternativas abaixo não integra o rol cumulativo dos requisitos para o reconhecimento do privilégio:

- a) não estar sendo processado por outro delito.
- b) não se dedicar a atividades criminosas.
- c) não possuir maus antecedentes.
- d) não integrar organização criminosa.
- e) não ser reincidente.

37. Após verdadeira revolução na quantificação das penas cumpridas como requisito objetivo para progressão de regime, a modificação de frações para porcentagens buscou ampliar as situações para que o cumprimento de pena estivesse mais adequado à sanção imposta. Diante dessa nova realidade normativa, apenas uma fração continua em vigor na Lei de Execução Penal:

- a) 1/6 (um sexto).
- b) 3/5 (três quintos).
- c) 1/8 (um oitavo).
- d) 2/5 (dois quintos).
- e) 2/3 (dois terços).

DIREITO ECONÔMICO E PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

Vanessa Arns

38. A respeito dos histórico do Direito Econômico, assinale a afirmativa incorreta.

- a) O Direito da Concorrência moderno tem origem e influência inegável no Direito americano da virada do século XIX para o século XX
- b) A Lei Sherman, por proposta do Senador John Sherman, inspirada na crença nos benefícios da livre concorrência, inspira leis antitruste ao redor do mundo até hoje.
- c) A Constituição de 1934 institui a intervenção do Estado no domínio econômico. A Constituição de 1937 atribui ao Estado a tarefa de “coordenar os fatores da produção, de maneira a evitar ou resolver os seus conflitos e introduzir no jogo das competições individuais o pensamento dos interesses da Nação, representados pelo Estado”.
- d) O Decreto-lei 7.666/45 criou o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, vinculado ao chefe do Poder Executivo, com poderes para

autorizar ou impedir fusões, agrupamentos ou transformações de empresas nos variados setores da economia brasileira.

e) Constituição de 1946, trouxe, em seu art. 148: A lei reprimirá toda e qualquer forma de abuso do poder econômico inclusive as uniões ou agrupamentos de empresas individuais ou sociais, seja qual for a sua natureza, que tenham por fim dominar os mercados nacionais, eliminar a concorrência e aumentar arbitrariamente os lucros.

39. Sobre o Direito Concorrencial, assinale a afirmativa incorreta.

a) O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência é formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, com as atribuições previstas nesta Lei..

b) O Cade é constituído por Tribunal Administrativo de Defesa Econômica Superintendência-Geral; e Departamento de Estudos Econômicos.

c) O Tribunal Administrativo, órgão judicante, tem como membros um Presidente e seis Conselheiros escolhidos dentre cidadãos com mais de 30 (trinta) anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal.

d) Funcionará junto ao Cade Procuradoria Federal Especializada.

e) A Lei 12.529/11 se aplica às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como a quaisquer associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, com exceção das que exerçam atividade sob regime de monopólio legal.

40. São princípios que norteiam a Lei de Liberdade Econômica, n. 13874/2019, exceto:

a) a liberdade como uma garantia no exercício de atividades econômicas.

b) a boa-fé do particular perante o poder público.

c) a intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas.

d) o reconhecimento da vulnerabilidade do particular perante o Estado.

e) A Liberdade de Concorrência entre empresas do mesmo setor.

41. É dever da administração pública e das demais entidades, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual a Lei 13.874/2019 versa, exceto se em estrito cumprimento a previsão explícita em lei, evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente:

a) criar reserva de mercado ao favorecer, na regulação, grupo econômico, ou profissional, em prejuízo dos demais concorrentes.

b) redigir enunciados que impeçam a entrada de novos competidores nacionais ou estrangeiros no mercado.

c) exigir especificação técnica que não seja necessária para atingir o fim desejado.

d) redigir enunciados que impeçam ou retardem a inovação e a adoção de novas tecnologias, processos ou modelos de negócios, ressalvadas as situações consideradas em regulamento como de alto risco.

e) facilitar a formação de sociedades empresariais ou de atividades econômicas;

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

42. Nathália contratou Lui para prestar serviços jurídicos para sua empresa de sapatos. Durante a execução do contrato, com diversas atividades já realizadas por Lui, Nathália foi informada por seu marido que Lui ainda não possuía licença para exercer a advocacia regularmente.

Ao ser questionada por Nathália, Lui afirmou desconhecer a necessidade de licenciamento para desempenho da função jurídica e que já exercia o ofício há mais de uma década.

Diante da situação apresentada, assinale a opção correta, considerando os ditames do Código Civil.

- a) Lui não terá direito a receber qualquer contraprestação financeira pela prestação dos serviços jurídicos, independentemente de as atividades terem sido cumpridas corretamente e de ele desconhecer a necessidade de especial habilitação para o exercício de serviços de advocacia.
- b) Lui terá direito a receber a contraprestação financeira pela prestação de serviço realizada até o presente momento, de forma equiparada a um advogado, desde que seja comprovado que as atividades foram cumpridas de maneira escorreita, sendo irrelevante, no que se refere ao direito à compensação financeira pelo exercício das atividades pactuadas, o fato de ele desconhecer a necessidade de especial habilitação para exercer serviços de advocacia.
- c) Lui terá direito a receber uma compensação financeira pela prestação de serviço já realizada, mas não de forma equiparada a um advogado, sendo irrelevante, para fins de direito à contraprestação financeira, independentemente de Lui desconhecer a necessidade de especial habilitação para exercer serviços de advocacia.
- d) Lui terá direito a receber uma compensação financeira pela prestação de serviço realizada até o presente momento, mas não de forma equiparada a um advogado, resguardando-se, ainda, a minoração do valor decorrente da inabilitação de Lui para o exercício do ofício, a ser pactuado livremente com Nathália.
- e) Lui terá direito a receber a contraprestação financeira pela prestação de serviço já realizada, de forma equiparada a um advogado, desde que seja

comprovado que as atividades foram cumpridas corretamente e que ele desconhecia a necessidade de especial habilitação para exercer serviços de advocacia.

43. Bruna, preocupada com o desaparecimento de sua gata, postou nas redes sociais diversos avisos públicos prometendo recompensa em dinheiro por quaisquer informações assertivas sobre seu animal de estimação.

Com base na situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) Alguém que, ignorando a promessa de recompensa, encontre a gatinha e a entregue à Bruna poderá, ao tomar conhecimento dos avisos, exigir dela o pagamento do valor prometido.
- b) Caso Bruna receba de dois indivíduos, de forma sucessiva, a mesma informação que leve ao encontro de sua gata, o valor da recompensa deverá ser dividido entre eles.
- c) Se duas pessoas informarem a Bruna, ao mesmo tempo, a respeito da localização da gata, deverá ser realizado sorteio do valor da recompensa.
- d) Bruna poderá revogar a promessa, mesmo após o animal ser localizado, pois a promessa constitui ato unilateral.
- e) O ato de promessa de recompensa praticado por Bruna tem natureza bilateral.

44. A respeito do direito das obrigações, julgue os itens que se seguem.

I - O pagamento de dívida quesível deverá ser feito no domicílio do devedor, salvo se as partes acordarem de maneira diversa.

II - O Código Civil adota o princípio do nominalismo monetário nas dívidas em dinheiro, admitindo, contudo, que as partes convençionem cláusula de escala móvel.

III - Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento, mas não o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma pactuados.

IV - Multa moratória e multa compensatória poderão ser cumuladas com a exigência de cumprimento regular da obrigação principal.

Está certo APENAS o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

45. Considerando o entendimento majoritário acerca da responsabilidade civil, julgue o que se segue:

A responsabilidade civil do incapaz pela reparação de danos que este houver causado a terceiros, quando seus pais ou responsáveis legais não tiverem meios suficientes para repará-los, será

- I. de eficácia diferida.
- II. subsidiária e equitativa.
- III. condicional.
- IV. solidária, mas mitigada.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) IV e I.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

46. Quando da assinatura do contrato de compra e venda de um terreno, ficou pactuado entre Laura, compradora, e Roberto, vendedor, que o pagamento deveria ser realizado de determinada maneira. Contudo, após algum tempo, Laura começou a pagar de maneira diversa, sem que o Roberto se manifestasse contrariamente à mudança, vez que não houve qualquer prejuízo em relação à adimplência.

Considerando-se o princípio da boa-fé objetiva, pode-se afirmar que, para o credor ocorreu o que se denomina

- a) venire contra factum proprium.
- b) tu quoque.
- c) surrectio.
- d) supressio.
- e) exceptio doli.

47. Acerca da extinção das obrigações, julgue os itens que se seguem.

I - Constitui direito subjetivo do devedor a dação em pagamento.

II - A seguradora, por ter a obrigação de o dano sofrido por seu segurado, o sub-roga legalmente no direito contra terceiro autor do dano.

III - Em caso de recusa no recebimento de valor devido, o devedor poderá realizar o depósito do valor devido em estabelecimento bancário, em nome do credor, a fim de garantir a extinção da obrigação.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III
- d) II e III.
- e) I, II e III.

48. Após o naufrágio de um cruzeiro, finalizadas as buscas preliminares, foi constatada a falta de Lucas, um dos passageiros mais idosos presente na embarcação.

Após 3 meses de buscas incessantes, Lucas continua desaparecido.

Nessa situação, quanto ao passageiro faltante, será declarada a sua morte presumida

- a) mesmo sem a decretação de ausência.
- b) após um ano de seu desaparecimento.
- c) após a declaração de sua ausência.
- d) mesmo sem o encerramento das buscas e averiguações.
- e) após cinco anos da data do naufrágio.

49. Lícia doou uma caminhonete para Maria, sua amiga de longa data e madrinha de casamento.

Após algum tempo, restou comprovado que Maria tentou assassinar Lícia, dando-lhe uma bebida envenenada.

Nessa situação hipotética, o ato de doação

- a) não pode ser revogado, pois Lícia continua viva.
- b) pode ser revogado, mesmo que a doação tenha sido presente de casamento para Maria.
- c) pode ser revogado, em decorrência da ingratidão.
- d) é irrevogável.
- e) pode ser revogado, desde que Maria seja condenada criminalmente pela tentativa de assassinato.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

50. Sobre a cooperação jurídica internacional, assinale a alternativa correta:

- a) a cooperação jurídica internacional não precisa observar a espontaneidade na transmissão de informações a autoridades estrangeiras.
- b) compete concorrentemente à autoridade judiciária brasileira e à autoridade judiciária estrangeira conhecer de ações relativas a divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, quando o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.
- c) a carta rogatória será encaminhada ao Ministério das Relações Exteriores, acompanhada de tradução para a língua oficial do Estado requerido.
- d) realizar-se-á, como regra, com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática.
- e) compete ao juízo federal do lugar em que deva ser executada a medida apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional.

51. Quanto à teoria das fontes no Direito Processual Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição é fonte mediata do Processo Civil, sendo utilizada apenas subsidiariamente.
- b) A doutrina e a jurisprudência são consideradas fontes não formais do direito processual civil.
- c) Os costumes não podem ser considerados como uma fonte do direito.
- d) A equidade pode ser utilizada no direito apenas quando houver expressa previsão legal. Contudo, o CPC não previu nenhuma hipótese em que ela é aplicável.
- e) Em decorrência do neoconstitucionalismo e das repercussões desse fenômeno no processo civil, a doutrina moderna entende que as fontes formais imediatas do direito processual incluem a lei lato sensu, os princípios e a jurisprudência.

52. Em relação à tutela, assinale a alternativa incorreta:

- a) A tutela inibitória e a tutela de remoção do ilícito são espécies de tutela contra o ilícito.
- b) A tutela cautelar é sempre uma tutela contra o dano.
- c) Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é necessária a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo.
- d) A tutela cautelar é uma tutela provisória.
- e) Se por qualquer motivo cessar a eficácia da tutela cautelar, é vedado à parte renovar o pedido, salvo sob novo fundamento.

53. Sobre a confissão, analise os itens a seguir:

I. Há confissão, judicial ou extrajudicial, quando a parte admite a verdade de fato contrário ao seu interesse e favorável ao do adversário.

II. De acordo com previsão expressa do CPC, no caso de litisconsórcio, a confissão judicial de um litisconsorte não prejudica os demais. Essa regra, contudo, só se aplica aos casos de litisconsórcio simples.

III. Pode ser revogada.

Estão corretos os itens:

- a) I, II e III
- b) III
- c) I e III
- d) I
- e) I e II

54. Acerca da reconvenção, é correto afirmar que:

- a) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
- b) A reconvenção não pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
- c) Na ação monitória admite-se a reconvenção, sendo vedado o oferecimento de reconvenção à reconvenção.
- d) A contestação e a reconvenção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas; a exceção de incompetência será processada em apenso aos autos principais.
- e) É cabível o oferecimento de reconvenção em embargos à execução.

55. Sobre a preclusão, assinale a alternativa incorreta:

- a) Pode ser vista como uma técnica processual que concretiza os princípios da proteção da confiança, boa-fé e duração razoável do processo.
- b) Nos casos de iminência do transcurso do prazo, o advogado pode agir até mesmo sem procuração para impedir a preclusão temporal.
- c) A preclusão lógica decorre essencialmente da proibição do *venire contra factum proprium*, corolário do princípio da boa-fé objetiva.

d) A preclusão consumativa é a perda de uma faculdade/poder processual em razão do exercício desse poder/faculdade já ter sido exercido.

e) O instituto da preclusão pode ser sintetizado como uma sanção processual para a parte que não é diligente na condução dos seus interesses dentro do processo.

56. Em relação à técnica de ampliação de julgamento, marque a alternativa correta:

- a) Aplica-se a técnica de ampliação do colegiado quando o Tribunal, por maioria, der provimento aos embargos de declaração para reformar a decisão embargada e, por consequência, reformar a decisão parcial de mérito prolatada pelo juiz em 1ª instância.
- b) Para que se aplique a técnica de ampliação do colegiado, é indispensável que tenha havido reforma da sentença em sede de apelação.
- c) Em relação à ação rescisória, entende-se que a técnica só é aplicável quando houver rescisão total do julgado.
- d) Aplica-se a técnica de ampliação do colegiado em caso de julgamento não unânime no âmbito dos Juizados Especiais.
- e) Em caso de decisão não unânime proferida em incidente de resolução de demandas repetitivas submetido a julgamento na corte especial, a competência será do plenário do Tribunal.

57. Assinale a alternativa correta acerca do cumprimento de sentença:

- a) A liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença não ofende a coisa julgada.
- b) O requerimento de inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes depende da comprovação de prévia recusa administrativa das entidades mantenedoras do respectivo cadastro.
- c) De acordo com a jurisprudência do STF, em sede de execução contra a fazenda pública não devem incidir os juros da mora no período compreendido entre a data de realização dos cálculos e a da expedição da requisição de pequeno valor ou do precatório.
- d) o cumprimento de decisão definitiva que condena ao pagamento de prestação alimentícia se dará no juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição, sendo certo que a intimação do devedor se dará na pessoa de seu advogado.
- e) Na execução de sentença que condenou ao pagamento de pensão mensal, o percentual dos honorários advocatícios deverá incidir sobre as parcelas vencidas e vincendas da dívida.

58. Sobre a fraude à execução, está correta a alternativa:

- a) A alienação em fraude à execução é nula em relação ao exequente e a todos os demais credores do devedor.
- b) A oneração de bem é considerada fraude à execução se tiver sido averbada a pendência do processo de execução no registro do bem sujeito à penhora, arresto ou indisponibilidade.
- c) Caracteriza-se exclusivamente quando, após o início do cumprimento de sentença ou da execução civil, ocorre a alienação de bens por parte do executado, dispensados outros requisitos.
- d) Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que fraudava a execução. Nesse caso, o juiz fixará multa em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, que será revertida em proveito do Estado ou da União.
- e) Nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, a fraude à execução verifica-se a partir da instauração do procedimento de desconsideração,

antes mesmo da citação da parte cuja personalidade se pretende desconsiderar.

59. Acerca do mandado de segurança, assinale a alternativa incorreta:

- a) A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; b) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e c) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.
- b) Compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar o mandado de segurança contra ato de juizado especial.
- c) Ele deverá ter seu mérito apreciado independentemente de superveniente trânsito em julgado da decisão questionada pelo mandamus.
- d) Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria.
- e) Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Wagner Damázio

60. Sobre os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da proporcionalidade se evidencia nos limites do que pode ser considerado aceitável, e sua não observância resulta em defeito do ato praticado.
- b) A razoabilidade encontra raízes no direito canônico e na doutrina social da igreja.
- c) Ambos os princípios estão expressamente mencionados no texto constitucional brasileiro atual.
- d) A proporcionalidade entre os meios e os fins utilizados na prática administrativa depende de critérios pessoais de cada administrador público para ser corretamente empregada.

e) A proporcionalidade pode ser considerada uma contribuição do direito alemão.

61. Assinale a alternativa que corretamente expressa um entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca da disciplina dos concursos públicos:

- a) É vedado à banca examinadora exigir conhecimento sobre legislação superveniente à publicação do edital.
- b) O portador de surdez unilateral tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas às pessoas com deficiência.
- c) O termo inicial do prazo decadencial para se impetrar mandado de segurança em face da exclusão de candidato é a publicação do edital, já que este é o instrumento que contém as regras do concurso.
- d) O candidato não pode ser eliminado de concurso público, na fase de investigação social, em virtude da existência de registro em órgãos de proteção ao crédito.
- e) A exoneração de servidor público, em razão de anulação do concurso público, pode se dar direta e imediatamente, tão logo constatado o vício no processo de seleção pública.

62. Sobre as regras que disciplinam a temática dos servidores públicos, na redação atual da parte dogmática da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) É permitida a criação de novos regimes próprios de previdência, desde que sejam criados conforme parâmetros de organização, funcionamento e responsabilidade de gestão previstos em lei complementar federal.
- b) A Constituição possibilita o acúmulo de duas remunerações que derivam do mesmo cargo, sendo lícito perceber proventos de aposentadoria e os vencimentos do cargo.
- c) Segundo o art. 40 da Constituição, o servidor público poderá se aposentar voluntariamente quando cumprir, no mínimo, 10 anos de efetivo no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- d) É possível haver a complementação de aposentadorias de servidores públicos além daquela

que consta nas regras do regime de previdência complementar ou em lei que extinga regime próprio de previdência social.

e) O servidor público investido em mandato eletivo permanecerá filiado a seu regime previdenciário de origem.

63. Assinale a alternativa que corretamente aborda os atos de improbidade administrativa:

- a) O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento consolidado no sentido de que se aplicam aos atos de improbidade o princípio da insignificância e a teoria da bagatela.
- b) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a tentativa de ato de improbidade pode ser objeto de apuração e de penalização.
- c) O afastamento do agente público de suas funções é uma medida cautelar prevista na Lei de Improbidade e que pode durar até 90 dias.
- d) É obrigatória a participação da pessoa jurídica de direito público prejudicada pelo ato de improbidade administrativa na relação jurídica processual.
- e) A Lei de Improbidade Administrativa é aplicável para penalizar meras irregularidades administrativas, transgressões disciplinares ou erros toleráveis.

64. Acerca dos instrumentos de utilização de bens públicos por particulares, assinale a alternativa correta.

- a) A realização de um evento carnavalesco organizado por uma associação em determinada praça pública independe de autorização do poder público, bastando o prévio aviso à autoridade municipal competente.
- b) A concessão de direito real de uso pode ser outorgada para empreender a realização de programas e projetos habitacionais de interesse social.
- c) A ocupação indevida de bem público pode ensejar o pagamento de indenização ao possuidor, caso este tenha realizado benfeitorias necessárias.

d) Aquele que utiliza um bem público por meio de uma outorga de concessão de uso não exerce posse ad interdicta, sendo ilegítimo a ele realizar a proteção da posse daquele bem.

e) A jurisprudência das Cortes Superiores consolidou o entendimento de que as bancas de jornal têm seu funcionamento amparado por permissão de uso.

65. Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, serviços públicos são todas as atividades materiais que a lei atribui ao Estado para que as exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público. Nesse sentido, assinale a alternativa correta:

a) O serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, solicitado por usuários cadastrados em aplicativos ou plataformas de comunicação em rede, não se encontra regulamentado no direito positivo.

b) A concessão do serviço público transfere integralmente para o concessionário os poderes de polícia inerentes ao Poder Concedente.

c) Os serviços de segurança pública podem ser considerados como serviços públicos impróprios, uma vez que podem ser prestados por empresas privadas.

d) O serviço de compensação bancária não é considerado serviço essencial, ao passo que o controle do tráfego aéreo é considerado essencial.

e) Conforme a doutrina e a jurisprudência, os serviços funerários são de competência municipal.

66. Assinale a alternativa correta sobre os procedimentos licitatórios:

a) A participação de empresas em consórcio é condicionada à existência de uma empresa líder, a qual deve ser inteiramente responsável pelos atos praticados pelo consórcio.

b) As microempresas e empresas de pequeno porte são dispensadas de comprovar a regularidade fiscal quando da assinatura dos respectivos contratos.

c) A apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas integra o rol de documentos a serem exigidos na fase de habilitação de fornecedores.

d) As licitações de grande vulto são aquelas que superam em 50 vezes o limite previsto na legislação para a modalidade de concorrência.

e) A legislação dispensa os projetos básicos de preverem requisitos de impacto ambiental.

67. Sobre o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, previsto na Lei Federal nº 12.462/11, assinale a alternativa correta:

a) O RDC não prevê o regime de execução por tarefa.

b) O procedimento do RDC sempre terá apenas uma única fase recursal.

c) O sistema de registro de preços é previsto na legislação do RDC como procedimento auxiliar.

d) Não é possível a utilização da Lei do RDC para a celebração de contratos de locação de bens.

e) A Lei do RDC não possibilita a contratação simultânea para a execução do mesmo objeto.

68. Assinale a alternativa correta acerca do controle externo desempenhado pelos tribunais de contas:

a) Os tribunais de contas estaduais devem ter 3 de seus membros escolhidos pela assembleia legislativa estadual.

b) Cabe às assembleias legislativas estaduais o exercício do controle financeiro do estado e dos respectivos municípios, sempre com o apoio do tribunal de contas estadual.

c) Segundo o STF, são prescritíveis as pretensões de ressarcimento ao erário fundadas em decisões do Tribunal de Contas.

d) Ao atuar como ordenador de despesas, o prefeito do município deve ter suas contas julgadas pelo Tribunal de Contas competente.

e) O tribunal de contas tem competência para determinar a quebra de sigilo bancário de agentes públicos investigados.

69. Assinale a alternativa correta quanto à disciplina aplicável aos processos administrativos federais:

- a) A legislação dispensa a apresentação de certidão de nascimento na relação entre o cidadão e outros órgãos públicos.
- b) A jurisprudência não admite a utilização de prova emprestada no processo administrativo disciplinar.
- c) A instauração de processo administrativo disciplinar depende da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
- d) É legítimo ao Poder Judiciário adentrar no mérito da discussão ao exercer controle judicial sobre processos administrativos disciplinares.
- e) A instauração de processo administrativo com base em denúncia anônima não é legitimada pelo ordenamento jurídico.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

70. No que se refere ao direito de empresa, assinale a opção correta.

- a) Conforme entendimento dominante do STJ, a finalidade lucrativa não é requisito para que determinada atividade seja considerada empresária.
- b) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade empresarial não responde pelas obrigações contraídas.
- c) O empresário individual não dependerá de outorga conjugal para alienar imóvel utilizado no exercício da empresa, desde que exista prévia autorização do cônjuge referente à destinação do imóvel ao patrimônio empresarial.
- d) De acordo com entendimento sumulado pelo STJ, é vedada a penhora da sede do estabelecimento comercial.
- e) A inscrição no registro público de empresas mercantis é obrigatória ao empresário cuja atividade rural constitua sua principal profissão.

71. A empresa individual de responsabilidade limitada

- a) não é pessoa jurídica, porque instituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, não se admitindo que o sujeito possua mais de um patrimônio.
- b) é pessoa jurídica constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, inferior a cem vezes o maior salário mínimo vigente no país.
- c) é pessoa jurídica constituída por uma única pessoa, titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, não inferior a cem vezes o maior salário mínimo vigente no país.
- d) é pessoa jurídica resultante exclusivamente da resolução parcial de uma sociedade, quando remanescer apenas um sócio.
- e) é pessoa jurídica constituída por uma única pessoa, titular da totalidade do capital social devidamente integralizado de qualquer valor, aplicando-lhe subsidiariamente as regras previstas para as sociedades simples.

72. Ricardo, empresário do ramo de móveis, alienou o seu estabelecimento para Alexandre, que ali deu continuidade à exploração da mesma atividade. No contrato de trespasse, foram regularmente contabilizadas todas as dívidas relativas ao estabelecimento, algumas delas já vencidas e outras por vencer. Nesse caso, Ricardo

- a) não responde pelas dívidas do estabelecimento, ainda que anteriores à sua transferência.
- b) responde com exclusividade por todas as dívidas do estabelecimento anteriores à sua transferência.
- c) responde com exclusividade apenas pelas dívidas já vencidas por ocasião da transferência do estabelecimento.
- d) responde solidariamente com Alexandre, durante determinado prazo, por todas as dívidas anteriores à transferência do estabelecimento.
- e) responde solidariamente com Alexandre apenas pelas dívidas já vencidas por ocasião da transferência do estabelecimento.

73. Acerca do nome empresarial, é correto afirmar:

- a) O nome de sócio que vier a falecer pode ser conservado na firma social.
- b) É vedada a alienação do nome empresarial.
- c) A inscrição do nome empresarial somente será cancelada a requerimento do seu titular, mesmo quando cessado o exercício da atividade para que foi adotado.
- d) Independentemente de previsão contratual, o adquirente de estabelecimento, por ato entre vivos, pode usar o nome empresarial do alienante, precedido do seu próprio, com a qualificação de sucessor.
- e) A sociedade em conta de participação pode ter firma ou denominação.

74. André e Beatriz constituíram uma sociedade em conta de participação, André na qualidade de sócio ostensivo e Beatriz na de sócia participante.

Caso tome parte nas relações de André com terceiro, Beatriz

- a) responderá solidariamente com André pelas obrigações em que intervier.
- b) responderá subsidiariamente a André pelas obrigações em que intervier.
- c) não responderá pelas obrigações em que intervier, nem mesmo perante André.
- d) responderá pelas obrigações em que intervier perante André, mas não perante o terceiro.
- e) não responderá pelas obrigações em que intervier, salvo se expressamente assim se comprometer.

75. A respeito da disciplina da sociedade limitada no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A sociedade limitada rege-se, nas omissões do regime próprio, pelas normas da sociedade em comum.
- b) A contribuição que consista em prestação de serviços é permitida pela disciplina da sociedade limitada.
- c) Todos os sócios respondem solidariamente pela exata estimação de bens conferidos ao capital social até o prazo de dois anos da data do registro da sociedade.

d) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas obrigatoriamente designadas no contrato social.

e) A administração atribuída no contrato a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.

DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

76. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, exceto:

- a) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- b) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- c) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, incluídas nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- d) realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II.
- e) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

77. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de, exceto:

- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do poder judiciário.
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- d) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- e) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

78. Sobre o controle das finanças públicas, assinale a afirmativa incorreta:

- a) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- b) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
- c) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- d) O controle da legalidade poderá ser prévio, concomitante ou subsequente
- e) O controle interno, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

79. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A União não pode estabelecer isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios, salvo em caso de calamidade pública ou guerra externa.
- b) Excepcionalmente, desde que aprovado por 2/3 do Congresso Nacional, em dois turnos, é possível à União isentar tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- c) Os Estados-Membros da Federação podem estabelecer isenções de tributos municipais quando a Constituição Estadual assim o autorize.
- d) É constitucional um tratado internacional que conceda isenções de tributos da competência dos Estados e dos Municípios.
- e) É inconstitucional Lei Complementar da União que exclua a incidência do ISSQN sobre exportações de serviços para o exterior.

80. De acordo com a jurisprudência do STJ, é incorreto afirmar que:

- a) O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro.
- b) A compensação de créditos tributários não pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.
- c) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.
- d) O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado.
- e) A discussão judicial da dívida, embora não suspensa, por si só, a exigibilidade do crédito, nos termos do art. 151 do CTN, impede a inclusão do nome do devedor no CADIN.

81. De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) É inconstitucional a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, no que estabeleceu a possibilidade de previsão legal de alíquotas progressivas para o IPTU de acordo com o valor do imóvel.
- b) É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.
- c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar quando a atualização não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária.
- d) Incide o IPTU, considerado imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido a pessoa jurídica de direito privado, devedora do tributo.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

82. Acerca da interpretação e integração da legislação tributária, é correto afirmar que:

- a) os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, e para definição dos respectivos efeitos tributários.
- b) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada, a analogia, os os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.
- c) a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se sempre da maneira mais favorável ao acusado, desde que sua conduta não seja dolosa.
- d) do emprego da analogia poderá resultar exigência de tributo não previsto em lei.
- e) Pode-se interpretar extensivamente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário, outorga de isenção ou dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

83. Sobre legislação tributária, assinale a alternativa correta:

- a) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros. Os fatos geradores pendentes são regulados pela lei pretérita, se mais benéfica ao sujeito passivo.
- b) A lei interpretativa pode retroagir quando for interpretativa, desde que mais benéfica ao sujeito passivo.
- c) A lei aplica-se a ato pretérito quando deixe de defini-lo como infração, desde que ele não tenha sido definitivamente julgado.
- d) O Decreto do Presidente da República é fonte formal primária.
- e) É possível ao decreto fixar multa por descumprimento de uma obrigação tributária.

84. Julgue os itens a seguir, de acordo com a disciplina constitucional dos empréstimos compulsórios:

- I) O empréstimo compulsório pode ser instituído por medida provisória, desde que haja a sua conversão em lei antes do término do exercício financeiro.
 - II) É possível a instituição de empréstimo compulsório para o atendimento de despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
 - III) É possível a instituição de empréstimo compulsório para custeio de investimento público de caráter urgente ou de relevante interesse nacional
- a) Todas as afirmativas estão corretas.
 - b) Nenhuma das afirmativas está correta.
 - c) Apenas a afirmativa do item I está correta.
 - d) Apenas a afirmativa do item II está correta.
 - e) As afirmativas II e III estão corretas.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

85. É publicada, no Estado do Amazonas, lei estadual proibindo utilização de animais para o desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos. Essa lei:

- a) É inconstitucional, pois a competência legislativa ambiental é privativa da União.
- b) É constitucional, pois a competência legislativa ambiental é privativa dos Estados.
- c) É inconstitucional, pois o Estado do Amazonas invadiu competência pertencente aos Municípios.
- d) É constitucional, pois a competência legislativa ambiental é concorrente entre União, Estados e DF, e, no caso descrito, não houve invasão de competência da União pelo Estado do Amazonas.
- e) É inconstitucional, pois apesar da competência legislativa ambiental ser concorrente entre União, Estados e DF, no caso descrito houve invasão de competência da União (de editar normas gerais) pelo Estado do Amazonas.

86. João, dono de carga de madeira que estava transportando, foi parado pela fiscalização ambiental, e acabou por ter toda a carga apreendida devido a falta de autorização para transporte de parte da madeira. João impetrou mandado de segurança, sob o fundamento de que a apreensão não poderia incidir sobre a parte da carga que possuía autorização. Com base nessas informações, o auto de infração:

- a) É válido, pois o transporte em quantidade excessiva de madeira, não acobertada pela respectiva guia de autorização, legitima a apreensão de toda a mercadoria.
- b) É inválido, pois a apreensão deveria recair apenas sobre a parte da carga sem a respectiva guia de autorização, haja vista o princípio da proporcionalidade.
- c) É inválido, pois não existe previsão para apreensão dos bens e instrumentos utilizados na prática do ilícito ambiental em nosso sistema jurídico.
- d) É parcialmente válido na parte relativa à carga sem a respectiva guia de autorização de transporte.

e) É válido, desde que homologado pela autoridade máxima do órgão ambiental fiscalizador.

87. Dentre os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, elencados na Lei nº 9.433/97, não está:

- a) A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- b) A água é um bem de domínio público.
- c) A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.
- d) A água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico.
- e) A integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.

88. Paulo, dono de um trator, alugou este para João, que o utilizou no cometimento de uma infração ambiental. Surpreendido pela fiscalização ambiental, João foi autuado pelo cometimento de infração administrativa ambiental, e o trator foi apreendido. Paulo questionou a apreensão do seu trator, alegando que o mesmo não era utilizado de forma reiterada ou rotineiramente na prática de ilícitos ambientais. Quanto ao caso, julgue a alternativa correta:

- a) Paulo tem razão, já que, se o trator não era utilizado de forma reiterada ou rotineiramente na prática de ilícitos ambientais, incabível sua apreensão.
- b) Paulo está equivocado, já que a apreensão do trator não se restringe aos casos em que ele for usado de forma reiterada no cometimento de infração ambiental.
- c) Paulo responderá pelo ilícito administrativo ambiental, mesmo que não tenha agido com culpa ou dolo, haja vista a responsabilidade administrativa ambiental ser objetiva.
- d) O órgão ambiental poderá decidir sobre a destinação do trator antes de oportunizar ao seu proprietário o direito de defesa. Eventual ressarcimento em seu favor redundará em perdas de danos.

e) Caberá ao órgão ambiental comprovar que Paulo não agiu de boa-fé ao locar o trator para João.

89. Dentre as áreas de preservação permanente elencadas no Código Florestal, não encontramos:

- a) Os manguezais, em toda a sua extensão.
- b) As restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues.
- c) As áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.
- d) As encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive.
- e) Os deltas dos rios.

90. Quanto ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, assinale a alternativa correta:

- a) A área de proteção ambiental - APA pertence ao grupo de proteção integral.
- b) O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei 9.985/2000.
- c) O Parque Nacional pode ser composto de posse/domínio públicos ou privados.
- d) A estação ecológica integra o grupo de uso sustentável.
- e) Uma unidade de conservação pode ter sua área diminuída por meio de medida provisória, já que esta possui força de lei.

91. Compete aos Estados:

- a) Promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pelo Estado, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs).
- b) Formular, executar e fazer cumprir, em âmbito nacional, a Política Nacional do Meio Ambiente.
- c) Formular, executar e fazer cumprir a Política Municipal de Meio Ambiente.
- d) Promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou

desenvolvidos em terras indígenas, dentro do território do respectivo estado.

e) Promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos em 2 (dois) ou mais Estados, tendo, cada Estado, a competência sobre o respectivo território.

92. O percentual mínimo à título de reserva legal que o imóvel rural deve manter é:

- a) Se localizado na Amazônia Legal, 80%, independente do bioma.
- b) Se localizado na Amazônia Legal, 70%, se o imóvel estiver em área de florestas.
- c) Se localizado na Amazônia Legal, 35%, se o imóvel estiver em área de cerrado.
- d) Se localizado fora da Amazônia Legal, será sempre de 25%.
- e) Se localizado na Amazônia Legal, 25%, se o imóvel estiver em área de campos gerais.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Vanessa Arns

93. A respeito dos tratados internacionais, assinale a opção correta.

- a) Como regra, um Estado não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado, salvo na hipótese de violação manifesta a norma de direito interno de importância fundamental sobre competência para concluir tratados.
- b) A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969, conceitua como tratado o acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido em conformidade com o direito internacional, desde que sua denominação se inicie por um dos seguintes termos: tratado, acordo ou pacto.
- c) A reserva significa uma declaração unilateral feita por um Estado, ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, com o objetivo de excluir ou modificar efeito jurídico de certas disposições de um tratado multilateral ou bilateral.

d) Para que um tratado internacional entre em vigor é necessário que ele seja registrado na Secretaria das Nações Unidas.

e) A superveniência de uma norma de jus cogens que esteja em conflito com um tratado acarretará a suspensão temporária das disposições ajustadas até que haja modificação do que tiver sido pactuado.

94. Sobre a aplicação de tratados internacionais com normas contraditórias entre si, aponte a afirmativa incorreta:

a) quando os dois tratados não têm como contratantes os mesmos Estados, estabelecendo-se entre um Estado parte em ambos os tratados e um Estado parte somente no tratado mais recente, aplica-se o mais recente.

b) quando os dois tratados não têm como contratantes os mesmos Estados, estabelecendo-se entre um Estado parte em ambos os tratados e um Estado parte somente no tratado anterior, aplica-se o tratado anterior.

c) entre os Estados parte nos dois tratados só se aplica o anterior no que ele não for compatível com o novo tratado.

d) a violação de um tratado pode sujeitar o Estado a ser responsabilizado em âmbito internacional, sendo que os conflitos porventura existentes são na maioria das vezes resolvidos por meio de interpretação.

e) quando um tratado estipular que está subordinado a um tratado anterior ou posterior ou que não deve ser considerado incompatível com esse outro tratado, as disposições deste último prevalecerão.

95. Sobre as fontes e características do direito internacional público, assinale a afirmativa correta:

a) Admite-se a desnecessidade de obrigatoriedade de um costume internacional se o Estado provar de forma efetiva que se opôs ao seu conteúdo desde a sua formação.

b) Não há previsão expressa de princípios gerais do direito internacional no Estatuto da CIJ.

c) O Estatuto da CIJ estabelece que as decisões proferidas pelas organizações internacionais sejam consideradas fontes do direito internacional público.

d) A corrente voluntarista considera que a obrigatoriedade do direito internacional deve basear-se no consentimento dos cidadãos.

e) O consentimento perceptivo da corrente objetivista significa que a normatividade jurídica do direito internacional nasce da pura vontade dos Estados

96. São sujeitos de Direito Internacional Público, exceto:

a) Estados

b) Microestados

c) Organizações Internacionais

d) Organizações não-governamentais

e) Indivíduos

97. Luiz é brasileiro naturalizado e casado com Thayse, de nacionalidade italiana. Luiz foi transferido pela empresa onde trabalha para a filial na Argentina, estabelecendo-se com sua esposa em Buenos Aires. Em 07/07/2019, lá nasceu Juliana, filha do casal, que foi registrada na repartição consular do Brasil.

De acordo com as normas constitucionais vigentes, assinale a afirmativa correta.

a) Juliana não pode ser considerada brasileira nata, em virtude de a nacionalidade brasileira de seu pai ter sido adquirida de modo derivado e pelo fato de sua mãe ser estrangeira.

b) Juliana é brasileira nata, pelo simples fato de seu pai, brasileiro, ter-se deslocado por motivo de trabalho, em nada influenciando o modo como Rafael adquiriu a nacionalidade.

c) Juliana somente será brasileira nata se vier a residir no Brasil e fizer a opção pela nacionalidade brasileira após atingir a maioridade.

d) Juliana é brasileira nata, não constituindo óbice o fato de seu pai ser brasileiro naturalizado e sua mãe, estrangeira.

e) Juliana é brasileira naturalizada, considerando que o seu pai é brasileiro naturalizado e sua mãe, estrangeira.

98. Sobre o auxílio direto na cooperação internacional, é incorreto afirmar:

- a) O auxílio direto pode ser utilizado para obtenção e prestação de informações sobre o ordenamento jurídico e sobre processos administrativos, inclusive os finalizados
- b) Por meio do pedido de auxílio direto é possível realizar a colheita de provas, salvo se a medida for adotada em processo, em curso no estrangeiro, de competência exclusiva de autoridade judiciária brasileira.
- c) A solicitação de auxílio direto será encaminhada pelo órgão estrangeiro interessado à autoridade central, cabendo ao Estado requerido assegurar a autenticidade e a clareza do pedido.
- d) O Ministério Público poderá requerer em juízo a medida solicitada pela via do auxílio direto passivo, nos casos em que for autoridade central.
- e) Compete ao juízo federal do lugar em que deva ser executada a medida apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional.

99. Sobre o sistema de regulação de investimentos e fluxo de capital estrangeiro no atual ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa incorreta.

- a) É vedada a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, uma vez que sua propriedade é privativa de brasileiros natos.
- b) A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.
- c) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.
- d) A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há

mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social..

- e) Lei disciplinará a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas

100. João e Maria se casaram no Brasil e se mudaram para a Itália, onde permaneceram por quase 4 anos. Após um período difícil, o casal, que não tem filhos, nem bens, decide, de comum acordo, se divorciar e Maria pretende retornar ao Brasil.

Com relação à dissolução do casamento, assinale a afirmativa correta

- a) O divórcio só poderá ser requerido no Brasil, já que o casamento foi realizado no Brasil.
- b) O divórcio, se efetivado na Itália, precisa ser reconhecido e homologado perante o STJ para que tenha validade no Brasil.
- c) O divórcio consensual pode ser reconhecido no Brasil sem que seja necessário proceder à homologação.
- d) Para requerer o divórcio no Brasil, o casal deverá, primeiramente, voltar a residir no país.
- e) Para requerer o divórcio no Brasil, o casal deverá, primeiramente, comunicar ao consulado brasileiro.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TRF1-25-07>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

CONFIRA: [CURSOS PARA O TRF1](#)
